

ATA N.º 21



REUNIÃO ORDINÁRIA DE 20-11-2013

Aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Aveiro, no salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a direção do Sr. Presidente Eng.º José Agostinho Ribau Esteves e com a presença dos Srs. Vereadores Doutor Jorge Manuel de Almeida Campino, Eng.ª Carla Raquel Castro da Rocha Madureira, Sr. Jorge Manuel Mengo Ratola, Dr. Luís Miguel Capão Filipe, Dr. Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, Dr. António Manuel Soares Nogueira de Lemos, Dr.ª Paula Cristina Dias Urbano Antunes e Dr.ª Rita Alexandra Verdade da Encarnação.

Pelas 15:40h, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião.

SALDO DE GERÊNCIA

O Executivo tomou conhecimento do Mapa de Fluxos de Caixa, relativo ao dia 19 de novembro de 2013, o qual acusa os seguintes movimentos:

RECEBIMENTOS			PAGAMENTOS		
Saldo da Gerência Anterior		1.663.885,31€	Total das Despesas Orçamentais		32.592.324,48€
Execução Orçamental	1.231.562,36€		Despesas Correntes	19.782.174,86€	
Operações de Tesouraria	432.322,95€		Despesas de Capital	12.810.149,62€	
Total das Receitas Orçamentais		32.200.915,71€	Operações de Tesouraria		2.503.457,20€
Receitas Correntes	28.004.871,57€		Saldo para o Dia Seguinte		1.160.660,32€
Receitas de Capital	4.135.097,74€		Execução Orçamental	840.153,59€	
Receitas Outras	60.946,40€		Operações de Tesouraria	320.506,73€	
Operações de Tesouraria		2.391.640,98€	Total...		36.256.442,00€
Total...		36.256.442,00€			



PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA



Intervenção dos Senhores Vereadores

O Sr. Vereador Dr. Eduardo Feio, conforme prometera na anterior reunião, solicitou o agendamento de um ponto que continha a proposta para que a ordem dos trabalhos das reuniões fosse divulgada previamente à sua realização e divulgada no sítio da CMA na Internet.

O Sr. Presidente agradeceu o contributo do Sr. Vereador Dr. Eduardo Feio, tendo acrescentado que nesse mesmo sentido de divulgação prévia dos trabalhos já havia recebido pedidos de 2 jornalistas, e exortou que o PS apresentasse propostas a qualquer tempo, sem que fosse necessário fazê-lo nas reuniões, porque era sua vontade sempre agendar os pontos propostos, ressalvadas as situações de exceção. Acrescentou que estava à disposição de todos, no sentido de facilitar o agendamento dos assuntos que fossem propostos para tal.

O Sr. Vereador Dr. Eduardo Feio propôs que fossem analisadas em reunião de Câmara algumas sugestões sobre alterações ao Regimento da Assembleia Municipal, porque acreditava, contrariamente ao entendimento do Sr. Presidente, de que não era o local mais formal para tal, que realmente era naquelas reuniões que se deviam discutir não só as questões de exclusivo interesse da CMA como também aqueles outros de interesse municipal, por exemplo, os da Assembleia Municipal.

Referiu-se a alguns projetos relacionados com São Jacinto e sobre os quais queriam saber algumas informações, quanto ao seu andamento e ao seu financiamento, tais como o Porto de Abrigo, o Centro de Alto Rendimento de Surf, a reabilitação da Frente-Ria, tendo solicitado uma cópia deste para análise. Pediu que fosse analisada a questão da ligação por ciclovia de São Jacinto à Torreira e ao parque de campismo municipal. Também disse que o PS pretendia que fossem debatidas algumas sugestões sobre o destino de fundos europeus que estavam para ser atribuídos em breve. Pediu informações sobre a possibilidade de que o Molhe Norte viesse a ser acessível à população, ideia referida na campanha eleitoral da maioria, e lançou o repto de saber o ponto da situação do encerramento do aeródromo municipal, e a possibilidade da sua reversão, já que era uma mais valia para algumas atividades da região.

O Sr. Presidente disse que fizera uma reunião em São Jacinto, e que muitas viriam a ser feitas em diversos locais, mas que a esta dera um carácter formal e público porque era comemorado o Dia do Mar e porque havia a intenção de mostrar que Aveiro também tinha mar.

Sobre o Cais dos Pescadores, disse que havia alguns problemas a resolver no projeto, como por exemplo a localização dos armazéns em relação ao local de atracação das embarcações que trazem o pescado, sendo a questão mais delicada a resolver a do processo do visto do Tribunal de Contas, que estava a correr bem, exceto no ponto de a CMA poder comprovar a existência de fundos disponíveis, porquanto a CMA não cumpria a Lei dos Compromissos, não tinha um mapa de fundos e não os podia provar. Além disso, havia questões a resolver com o PROMAR, com o qual a CMA estava em incumprimento.

Sobre o CARSurf, disse que a obra estava parada, quer por insuficiência de alimentação financeira pela CMA quer por incapacidade financeira do empreiteiro, faltando 310.000€ à obra para a fase de acabamentos e



Beirão

de instalação de equipamentos. Disse que, em termos de modelo de gestão, era uma obra insustentável, uma mera unidade de alojamento, já que São Jacinto tinha meros 15 dias de surf/ano, que não sustentavam sequer o surf amador, quanto mais surf de alto rendimento. Portanto, a ideia de campanha era a de transformar o local num centro de dinamização e alto rendimento de desportos náuticos, trabalhado em rede com entidades sem fins lucrativos nesta área. Já tinha havido contactos com a Federação do Desporto, cujo recém-empossado presidente promoveria reuniões locais nas autarquias, assim como com outras câmaras municipais que tinham centros de alto rendimento, com vista ao planeamento de futuras ações integradas.

Em relação à Frente-Ria, disse que disponibilizaria a cópia solicitada desse que era um projeto mesmo da POLIS, não apenas financiado por esta, elaborado por técnicos da CMA, numa ligação íntima com a Junta de Freguesia de São Jacinto, mas que teve muitas complicações, com muitos erros e omissões que tiveram uma resposta muito demorada pelos técnicos da CMA, e que estava sob reclamação do concorrente colocado em segundo lugar no concurso. Estava a aguardar a adjudicação definitiva, a elaboração do contrato, a obtenção do visto e o arranque da obra.

Sobre a ligação ciclável, disse que era um projeto também da POLIS, que tinha uma ciclovía da Ria, com 100km de extensão, que um dos troços era a ligação Torreira – São Jacinto. Disse que o projeto inicial era megalómano, com um custo insuportável, que houve novas propostas, que houve impedimentos por entidades do Governo da área ambiental, mas que a CMA iria lutar pela concretização do projeto, agora em novas bases, com os parceiros e a nova configuração da POLIS, para a valorização dessa península Torreira – São Jacinto.

A respeito do Molhe Norte, disse ter sido uma ideia assumida, pois tratava-se de um local acessível e muito procurado pela população da região, por diversos motivos, em particular para a pesca de cana. Disse que queriam criar uma acessibilidade, não por terra, dada a condicionante da base militar, mas com a anuência do Ministério da Defesa em criar uma acessibilidade compatível com as normas das diversas entidades do Governo que interagem na área, para o que já tinha ocorrido reuniões e que estavam a compor uma equipa entre técnicos da CMA e das demais entidades.

Quanto ao aeródromo, disse que ainda estava a tentar perceber o que acontecera, que limitações técnicas, legais, que haviam sido referidas pelo comandante do hoje denominado R10, estavam em causa. Mas era um dossiê que causava preocupação e que estavam atentos e em busca de equacionar alternativas e soluções futuras.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

O Sr. **Presidente** deu início à discussão dos assuntos constantes da Ordem do Dia.

CÂMARA MUNICIPAL

O Sr. **Presidente** deu conhecimento ao Executivo, da reunião entre os presidentes das câmaras municipais de Viseu, Aveiro e Guarda, realizada na semana anterior, em Viseu, para que fosse lançada uma plataforma de cooperação entre as cidades do eixo da A25.

Disse que o desenvolvimento do corredor logístico e de mobilidade tinha sido o tema daquele encontro e constituiu a primeira prioridade da Plataforma. Seguir-se-iam outros relativos ao desenvolvimento regional e ao turismo, por exemplo.

Rejeição

Referiu que na perspetiva dos três líderes, "o eixo Aveiro – Viseu – Guarda constitui um corredor estruturante da conectividade e das exportações do País, que apresenta grande potencial logístico e reclama uma ligação de ferrovia moderna e capaz, que potencie a internacionalização das economias regional e nacional, e a mobilidade de pessoas e mercadorias"; o desenvolvimento de uma rede de conectividade multimodal; o apetrechamento e articulação logística; a reabilitação da linha ferroviária da Beira Alta, numa ligação direta entre Aveiro-Viseu-Guarda, com a conclusão da ligação Guarda-Covilhã; a definição de um novo modelo de portagens na A25 mais justo e equilibrado, e a otimização dos portos que servem a região, faziam também parte das propostas que a Plataforma A25 quer defender junto do Governo. Os referidos autarcas, Almeida Henriques (Viseu), Ribau Esteves (Aveiro) e Álvaro Amaro (Guarda) pretendiam apresentar esse pacote de sugestões ao Governo, dando contributo ativo para o lobby a favor do desenvolvimento e do crescimento económico do eixo da A25, tendo ficado acordado solicitar ao Ministro da Economia e ao Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, uma audiência neste mês de novembro.

Também o potencial turístico da Região Centro e desta rede de cidades poderia beneficiar de um forte incremento, por via da melhoria da rede de ligações dos três modos de transporte, rodoviário, ferroviário e marítimo.

Acrescentou que a próxima reunião da Plataforma A25 realizar-se-ia em Aveiro.

CÂMARA MUNICIPAL

O Sr. Presidente deu conhecimento ao executivo do seu despacho que a seguir se transcreve:

“Considerando o princípio de que todos os trabalhadores do universo municipal devem receber o vencimento no mesmo dia, garantindo-se a harmonização deste procedimento em todas as entidades que compõem aquele universo;

Considerando a necessidade de planificar adequadamente a gestão financeira de tesouraria das entidades municipais:

Determino que, no ano 2013, todas as entidades do universo municipal procedam ao pagamento das remunerações dos seus trabalhadores nos seguintes dias:

Mês	novembro	dezembro
Dia	22	20

Determino ainda que a partir do ano 2014, o pagamento das remunerações seja efetuado no dia 25 de cada mês, exceto nos meses em que coincidir com dia feriado ou fim de semana, situação em que será antecipado para o dia útil imediatamente anterior, resultando por conseguinte, para 2014, os seguintes dias de pagamento:

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Dia	24	25	25	24	23	25	25	25	25	24	23	23

Mais determino que o presente despacho seja comunicado a todos os Serviços do Município.”

CÂMARA MUNICIPAL

No seguimento da proposta apresentada pelo Senhor Presidente, datada de 4 de novembro de 2013, foi deliberado, por maioria, com os votos a favor do Sr. Presidente e dos Senhores Vereadores Doutor Jorge

Rui Falcão

Campino, Eng.^a Raquel Madureira, Sr. Jorge Ratola e Dr. Capão Filipe, e as abstenções dos Senhores Vereadores Dr. Eduardo Feio, Dr. Nogueira de Lemos, Dr.^a Paula Urbano Antunes e Dr.^a Rita Encarnação, nomear os seguintes membros, para representar o Município de Aveiro nas entidades abaixo indicadas:

TEATRO AVEIRENSE, LDA.

Presidente: Eng. Ribau Esteves

Vogais: Doutor Jorge Campino e Dr. Miguel Capão Filipe

AVEIRO POLIS - SOCIEDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA POLIS EM AVEIRO

Conselho de Administração: Eng. Ribau Esteves, Dr. Miguel Capão Filipe.

CONTABILIDADE

No seguimento da informação datada de 8 de novembro de 2013, do Serviço de Contabilidade, do Departamento de Administração e Gestão de Recursos, que consubstancia a 7.^a ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL, foi deliberado, por maioria, com os votos a favor do Sr. Presidente e dos Senhores Vereadores Doutor Jorge Campino, Eng.^a Raquel Madureira, Sr. Jorge Ratola e Dr. Capão Filipe, e as abstenções dos Senhores Vereadores Dr. Eduardo Feio, Dr. Nogueira de Lemos, Dr.^a Paula Urbano Antunes e Dr.^a Rita Encarnação, ratificar o despacho do Sr. Presidente, datado de 11 de novembro, passado, que autorizou a 7.^a ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL no montante global de 58.544,68€ (cinquenta e oito mil, quinhentos e quarenta e quatro euros e sessenta e oito cêntimos), necessário ao reforço de compromisso para o exercício de 2014, respeitante ao fornecimento de refeições escolares 2013/2014, e 1.110,00€ (mil cento e dez euros), relativo ao reforço necessário para o projeto EUniverCities, conforme consta dos mapas anexos à referida informação.

CONTABILIDADE

No seguimento da informação datada de 14 de novembro de 2013, do Serviço de Contabilidade, do Departamento de Administração e Gestão de Recursos, que consubstancia a 8.^a ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL, foi deliberado, por maioria, com os votos a favor do Sr. Presidente e dos Senhores Vereadores Doutor Jorge Campino, Eng.^a Raquel Madureira, Sr. Jorge Ratola e Dr. Capão Filipe, e as abstenções dos Senhores Vereadores Dr. Eduardo Feio, Dr. Nogueira de Lemos, Dr.^a Paula Urbano Antunes e Dr.^a Rita Encarnação, ratificar o despacho do Sr. Presidente, datado de 18 de novembro corrente, que autorizou a 8.^a ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL no montante global de 1.904.126,32€ (um milhão, novecentos e quatro mil, cento e vinte e seis euros e trinta e dois cêntimos), sendo 1.614.337,15€ (um milhão seiscentos e catorze mil, trezentos e trinta e sete euros e quinze cêntimos), de despesas correntes e 289.789.17€ (duzentos e oitenta e nove mil, setecentos e oitenta e nove euros e dezassete cêntimos), de despesas de capital, conforme consta dos mapas anexos à referida informação.

CONTABILIDADE

No seguimento da informação n.º 2.^a RevOrçamental, da Divisão Económico Financeira / Contabilidade, do Departamento de Administração e Gestão de Recursos, datada de 15 de novembro corrente, relativa à 2.^a Revisão Orçamental, no montante de 63.580,00€ (sessenta e três mil, quinhentos e oitenta euros), sendo

16.380,00€ (dezasseis mil, trezentos e oitenta euros) de despesas correntes e 47.200,00€ (quarenta e sete mil e duzentos euros) de despesas de capital, conforme consta nos mapas anexos à citada informação, a qual tem como finalidade a criação das rubricas necessárias para a execução dos projetos SOSHIP – Empreendedorismo nas escolas e CERURBIS - Observatório Cerâmico do Espaço Urbano, bem com a criação de outras rubricas necessárias à execução orçamental de despesas já efetuadas, foi deliberado, por maioria, com os votos a favor do Sr. Presidente e dos Senhores Vereadores Doutor Jorge Campino, Eng.^a Raquel Madureira, Sr. Jorge Ratola e Dr. Capão Filipe, e as abstenções dos Senhores Vereadores Dr. Eduardo Feio, Dr. Nogueira de Lemos, Dr.^a Paula Urbano Antunes e Dr.^a Rita Encarnação, aprovar a 2.^a REVISÃO ORÇAMENTAL para o ano de 2013, bem como, submetê-la, à aprovação da Assembleia Municipal.

RECURSOS HUMANOS E APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS

No seguimento da informação n.º 43/DRHAOA/2013, da Divisão de Recursos Humanos e Apoio aos Órgãos Autárquicos, foi deliberado, por unanimidade, emitir parecer favorável à AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO NO ÂMBITO DA MEDIDA ESTÁGIOS EMPREGO IEFP e aprovar a respetiva adjudicação, pelo período de um ano, à Companhia de Seguros Lusitânia Seguros, através da empresa mediadora Marieiro Seguros, pelo montante de 79,31€ (setenta e nove euros e trinta e um cêntimos).

RECURSOS HUMANOS E APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS

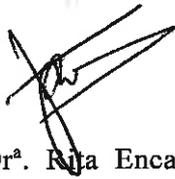
De acordo com a informação n.º 42/DRHAOA/2013, da Divisão de Recursos Humanos e Apoio aos Órgãos Autárquicos, foi deliberado, por unanimidade, anular as deliberações dos passados dias 23 de agosto e 12 de setembro, respetivamente para adjudicar a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO PARA UM ESTAGIÁRIO, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DO IEFP MEDIDA ESTÁGIOS EMPREGO, e a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO PARA 2 ESTAGIÁRIOS DO PROGRAMA DO IEFP ESTÁGIOS EMPREGO, ambas à Companhia de Seguros Allianz.

PLANEAMENTO FINANCEIRO

No seguimento da proposta DEF n.º 011/ 2013, do Planeamento Financeiro, da Divisão Económico-Financeira, foi deliberado, por unanimidade, aprovar o parecer prévio vinculativo, nos termos do n.º 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 16/2013, de 17 de janeiro, para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CERTIFICAÇÃO DE DESPESAS A APRESENTAR NO ÂMBITO DO PROJETO SITE – SMART TRAVELING IN ATLANTIC CITIES – PROGRAMA ESPAÇO ATLÂNTICO, autorizar a abertura de procedimento por ajuste direto, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos, com convite à entidade CRAVO, FORTES, ANTÃO & ASSOCIADOS, SROC, pelo preço base de 1.823,85€ (um mil, oitocentos e vinte e três euros e oitenta e cinco cêntimos), acrescido de IVA, e aprovar as peças do procedimento (Convite e Caderno de Encargos).

PLANEAMENTO FINANCEIRO

No seguimento da proposta DEF n.º 0027/PF/11-2013, da Divisão Económico-financeira, foi deliberado, por maioria, com os votos a favor do Sr. Presidente e dos Senhores Vereadores Doutor Jorge


Beijó

Campino, Eng.^a Raquel Madureira, Sr. Jorge Ratola, Dr. Capão Filipe e Dr.^a Rita Encarnação, e as abstenções dos Senhores Vereadores Dr. Eduardo Feio, Dr. Nogueira de Lemos e Dr.^a Paula Urbano Antunes, aprovar a realização da transferência financeira, que legalmente se impõe, até ao montante provisório de 635.800.00€ (seiscentos e trinta e cinco mil e oitocentos euros), tendo sido inscrito na 8.^a Alteração Orçamental datada de 14.11.2013, o necessário reforço do orçamento municipal para 2013, para a MOVEAVEIRO – EMPRESA MUNICIPAL DE MOBILIDADE, EEM, tendo em vista o início do equilíbrio de contas, com base nos resultados provisórios que estão em anexo à citada informação e que apresentam um resultado líquido do exercício, antes de impostos, relativo ao 1.º Trimestre do ano 2013, no valor de 635.813,92€ (seiscentos e trinta e cinco mil, oitocentos e treze euros e noventa e dois cêntimos), nos termos e para os efeitos previstos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 40.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

PLANEAMENTO FINANCEIRO

No seguimento da proposta DEF n.º 0026/PF/11-2013, da Divisão Económico-Financeira, foi deliberado, por maioria, com os votos a favor do Sr. Presidente e dos Senhores Vereadores Doutor Jorge Campino, Eng.^a Raquel Madureira, Sr. Jorge Ratola, Dr. Capão Filipe e Dr.^a Rita Encarnação, e as abstenções dos Senhores Vereadores Dr. Eduardo Feio, Dr. Nogueira de Lemos e Dr.^a Paula Urbano Antunes, aprovar a realização da transferência financeira, que legalmente se impõe, até ao montante provisório de 124.000,00€ (cento e vinte e quatro mil euros), tendo sido inscrito na 8.^a Alteração Orçamental datada de 14.11.2013 o necessário reforço do orçamento municipal para 2013, para a TEMA – TEATRO MUNICIPAL DE AVEIRO. E.E.M., tendo em vista o início do equilíbrio de contas, com base nos resultados provisórios que se encontram anexos à citada informação e que apresentam um resultado líquido do exercício, antes de impostos, relativo ao 1.º Trimestre do ano 2013, no valor de 124.025,39€ (cento e vinte e quatro mil, vinte e cinco euros e trinta e nove cêntimos), nos termos e para os efeitos previstos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 40.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

PLANEAMENTO FINANCEIRO

No seguimento da proposta do Sr. Presidente, datada de 18 de novembro corrente, foi deliberado, por maioria, com os votos a favor do Sr. Presidente e dos Senhores Vereadores Doutor Jorge Campino, Eng.^a Raquel Madureira, Sr. Jorge Ratola e Dr. Capão Filipe, o voto contra da Senhora Vereadora Dr.^a Rita Encarnação e as abstenções dos Senhores Vereadores Dr. Eduardo Feio, Dr. Nogueira de Lemos e Dr.^a Paula Urbano Antunes, aprovar a mora no pagamento da prestação de 3.325.709,24€ (três milhões, trezentos e vinte e cinco mil, setecentos e nove euros e vinte e quatro cêntimos), do empréstimo da CGD, respeitante ao mês de novembro 2013, procedendo ao seu pagamento da seguinte forma: 456.261,00€ (quatrocentos e cinquenta e seis mil, duzentos e sessenta e um euros), em dezembro 2013 (componente juros), 1.434.722,22€ (um milhão, quatrocentos e trinta e quatro mil, setecentos e vinte e dois euros e vinte e dois cêntimos), em janeiro 2014, e 1.434.722,22€ (um milhão, quatrocentos e trinta e quatro mil, setecentos e vinte e dois euros e vinte e dois cêntimos), em fevereiro 2014 (componente capital), e

submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal, com carácter de máxima urgência, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, e ainda enviar de imediato ao Tribunal de Contas para obtenção de visto.

ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE PÚBLICA

No seguimento da proposta n.º 14, do Serviço de Ação Social e Saúde Pública, da Divisão de Assuntos Sociais, foi deliberado, por unanimidade, designar o Sr. Presidente para representar o Município na Rede Regional do Centro de Apoio e Proteção às Vítimas de TSH, no âmbito do Projeto SOS TSH Centro e da parceria proposta pela Associação para o Planeamento da Família (APF) – Delegação do Centro, e ainda designar a técnica Dr.ª Cláudia Familiar para acompanhamento do referido projeto.

ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE PÚBLICA

No seguimento da proposta n.º 75, do Serviço de Habitação Social, da Divisão de Assuntos Sociais, e considerando o apoio que vem sendo prestado aos alunos oriundos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, no que se refere à cedência de alojamento gratuito, que tem por base a avaliação anual realizada dos respetivos pedidos, de acordo com a aplicação das Normas de Apoio ao Nível do Alojamento Social a Estudantes Oriundos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, aprovadas em Reunião de Câmara de 27/06/2005, foi deliberado, por unanimidade, manter o direito à continuidade do alojamento dos alunos Odair Jorge Sousa Tolentino, Marisa Liana Serqueira, Alcidia Micarla Duarte e Mikelze Managem d'Oliveira Vaz, a perda do direito ao alojamento dos alunos Firmino Miguel Semedo de Andrade Alvarenga, Diney da Silva Rosário e Octaviana Manuel Dias Fernandes, bem como iniciar o apoio ao alojamento para os alunos Quintino Semedo Cabral, Walter Lima Martins de Ceita, Meliça Figueiredo Costa e Simone Varela Cardoso, e ainda indeferir os pedidos de Jessyka Monte Verde de Oliveira, Cátia Lavínia Mendes Gonçalves e Yannick Brito Mariano de Figueiredo.

EDUCAÇÃO

No seguimento da proposta n.º 14, do Núcleo de Educação, da Divisão de Educação, Juventude e Desporto, foi deliberado, por unanimidade, aprovar as minutas dos protocolos de colaboração a celebrar com a Junta de Freguesia de São Jacinto, Florinhas do Vouga, Centro Social de Esgueira, Centro Social e Paroquial Santo André de Mataduchos, Centro Social e Paroquial da Vera Cruz e Centro de Infância Arte e Qualidade, para implementação de serviços de apoio à família, para o ano letivo de 2013/2014.

CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Na sequência da informação n.º 61/CP/2013, do Serviço de Contratação Pública, foi deliberado, por unanimidade, revogar a decisão de contratar, de 22 de agosto passado, relativa ao Procedimento por Ajuste Direto para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE PASSEIOS E ALARGAMENTO DE CALDEIRAS DE ÁRVORES, nos termos do n.º 1, artigo 140.º Código do Procedimento Administrativo (CPA).

CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Na sequência da informação n.º 64/CP/2013, do Serviço de Contratação Pública, foi deliberado, por unanimidade, autorizar a transmissão do direito de ocupação dos espaços Quiosques 1/2 e 3/4, de Maria Augusta da Silva para o transmissário DINA GRAÇA PIRES CLARO, nos termos em que foram arrematados, ao abrigo da c) do n.º 1 do artigo 20.º do Regulamento dos Mercados Retalhistas Municipais de Aveiro e emitir as respetivas licenças, nos termos do artigo 16.º do referido Regulamento.

CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Na sequência da informação n.º 62/CP/2013, do Serviço de Contratação Pública, foi deliberado, por unanimidade, declarar a caducidade das adjudicações de 1 de março de 2012 e de 23 de maio de 2013, do Procedimento por Ajuste Direto n.º52/11, para FORNECIMENTO CONTÍNUO DE BLOCOS DE CIMENTO PARA OS ANOS DE 2012 E 2013, bem como anular o compromisso n.º 5482, de 21.01.2013.

CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Relativamente ao Procedimento por Ajuste Direto n.º45/11, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, PREVENTIVA E HELPDESK TÉCNICO, DURANTE O ANO DE 2012, COM POSSIBILIDADE DE RENOVAÇÃO ANUAL, ATÉ 31/12/2014, adjudicado à PASSWORD – INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES, LDA., foi deliberado, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável para a renovação do contrato com a mesma entidade, para o ano de 2014, pelo preço de 16.200,00€ (dezasseis mil e duzentos euros), acrescido de IVA.

CONTRATAÇÃO PÚBLICA

De acordo com a informação n.º 65/CP/2013, do Serviço de Aprovisionamento, Património Móvel e Contratação Pública, foi deliberado, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável para a contratação da PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE COMUNICAÇÕES VOZ/DADOS MÓVEIS, pelo valor base de 13.390,02€ (treze mil, trezentos e noventa euros e dois cêntimos), acrescido de IVA, pelo prazo de 6 meses, mediante a adoção de procedimento por ajuste direto, nos termos da alínea a) do n.º1 do art.º 20º do Código dos Contratos Públicos, com consulta única à TMN – TELECOMUNICAÇÕES MÓVEIS NACIONAIS, S.A., submeter a autorização da despesa plurianual à Assembleia Municipal e aprovar as peças do procedimento.

CONSULTADORIA E CONTENCIOSO

De acordo com a proposta n.º 23/2013, do Serviço de Consultadoria e Contencioso, da Divisão Jurídica, foi deliberado, por unanimidade, indeferir o requerimento apresentado por Estação do Som – Restaurante, Bar, Sala de Bailes e Variedades, Lda., para dispensa da penalização por falta de pagamento de rendas, no âmbito do contrato de cessão da posição contratual no contrato para "CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE RESTAURANTE MEDIANTE REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DO ANTIGO MATADOURO MUNICIPAL".

POLÍTICA DE SOLOS E GESTÃO IMOBILIÁRIA

No seguimento da proposta n.º 54/2013, da Divisão de Política de Solos e Gestão Imobiliária, que reporta ao teor da informação técnica n.º 209/13, referente ao processo de obras n.º 358/2006, foi deliberado, por unanimidade, extinguir a cláusula de reversão, conforme o solicitado pela CIVILRIA, S.A.

JURÍDICA

No seguimento da proposta n.º 27/2013, da Divisão Jurídica, referente à Ação Administrativa Comum n.º 893/12.9BEAVR, em que é autora a SETH – SOCIEDADE DE EMPREITADAS E TRABALHOS HIDRÁULICOS, S.A. e réu o Município de Aveiro, foi deliberado, por unanimidade, submeter a transação celebrada no âmbito da referida ação, nos seus exatos termos e condições, à aprovação da Assembleia Municipal, para efeitos de autorização prévia do compromisso plurianual.

JURÍDICA

No seguimento da proposta n.º 28/2013, da Divisão Jurídica, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a minuta do protocolo, anexa à referida proposta, a celebrar entre o Município de Aveiro e o Município de Ílhavo, com vista à recolha de cães e gatos vivos e posterior entrega ao CROACI (Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia de Ílhavo).

POLÍTICA DE SOLOS E GESTÃO IMOBILIÁRIA

No seguimento da proposta n.º 52/2013, da Divisão de Política de Solos e Gestão Imobiliária, que reporta ao teor da informação técnica n.º 197/13, foi deliberado, por unanimidade, alienar a fração autónoma individualizada pela letra “O”, do Bloco D-4, do Plano Integrado de Aveiro – Santiago, sita na Rua Nova, Bloco n.º 1, 2.º D, inscrita na matriz urbana da União das Freguesias da Glória e Vera Cruz sob o artigo n.º 3114, a MARIA SUSANA ROCHA FERREIRA, atual arrendatária, pelo valor de 38.039,30€ (trinta e oito mil, trinta e nove euros e trinta cêntimos), ao qual deverá ser deduzido o valor a ser pago pela adquirente, referente ao certificado energético, no montante máximo de 250€ (duzentos e cinquenta euros).

POLÍTICA DE SOLOS E GESTÃO IMOBILIÁRIA

No seguimento da proposta n.º 53/2013, da Divisão de Política de Solos e Gestão Imobiliária, que reporta ao teor da informação técnica n.º 198/13, referente ao processo de obras n.º 834/89, foi deliberado, por unanimidade, extinguir a cláusula de reversão, conforme o solicitado por JOANA LÚCIA NOGUEIRA FERREIRA, uma vez que foram cumpridas as condições de venda.

GESTÃO URBANÍSTICA

De acordo com a informação DGU 5634/2013, da Divisão de Gestão Urbanística, do Departamento do Ordenamento do Território, Gestão Urbanística e Obras Municipais, referente ao Processo de Obras n.º 483/1999, em nome de EUROVAGOS – CONSTRUÇÕES, LDA., foi deliberado, por unanimidade, declarar a caducidade do licenciamento.

GESTÃO URBANÍSTICA

De acordo com a informação DGU 5772/2013, da Divisão de Gestão Urbanística, do Departamento do Ordenamento do Território, Gestão Urbanística e Obras Municipais, referente ao Processo de Obras n.º 8/2003, foi deliberado, por unanimidade, efetuar a receção definitiva das obras de urbanização tituladas pelo Alvará de Loteamento n.º 26/2007, aditado pelo Alvará n.º16/2008, em nome de LÚCIA TAVARES E ASSOCIADOS – CONSTRUÇÕES, LDA., bem como a libertação da caução.

APROVAÇÃO EM MINUTA

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do disposto no n.º 4, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a presente reunião às 17:40h. Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, que foi assinada pelo Sr. Presidente da Câmara Eng.º José Agostinho Ribau Esteves e por mim, Teresa Oliveira Bonifácio, Teresa Alexandrina Almeida Oliveira Bonifácio, Chefe da Divisão de Recursos Humanos e Apoio aos Órgãos Autárquicos.

